b) A verificação da titularidade dos referidos bens e da existência de eventuais ónus ou encargos;

c) A adopção de critérios adequados na avaliação dos mesmos;

d) A avaliação dos bens.

6 — Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão da nossa declaração.

Declaração.

7 — Com base no trabalho efectuado, declaramos que os valores encontrados atingem o valor de 20 616 euros que acrescido de 384 euros a realizar em dinheiro, atingem o valor da quota atribuída ao sócio que efectua tal entrada.

Setúbal, 9 de Dezembro de 2003.

Reinaldo Soares, Rogério Coelho & José Jacob, SROC 162

Representada por Reinaldo M. R. Soares.

Conferi, está conforme o original.

20 de Janeiro de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Dinora Lopes Gonçalves dos Santos Palminha Pereira*. 2006298550

ESTRADINHA & PINTO, L.^{DA}

Sede: Rua de Luísa Maria, 11 e 13, Ermidas-Sado, Santiago do Cacém

Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém. Matrícula n.º 00232/790414; identificação de pessoa colectiva n.º 500812691; averbamento n.º 01 às inscrições n.ºs 9 e 11; números e data das apresentações: 50 e 51/960411.

Certifico que foram efectuados os registos acima referidos, que se extractam:

Cessação de funções do gerente Manuel Matias Pereira, por renúncia, em 19 de Janeiro de 1996.

Foi inscrita a alteração total do contrato de sociedade, reforço do capital social e unificação de quotas, sendo o reforço de quinze milhões de escudos, realizado do seguinte modo: catorze milhões de escudos pela conversão em capital de prestações suplementares de igual montante, e um milhão de escudos em dinheiro, subscrito inteiramente pelo sócio Manuel Pereira Estradinha, tendo em consequência o artigo 3.º do respectivo contrato de sociedade, ficado com a seguinte redacção:

O capital social é de dezoito milhões de escudos, que corresponde à soma das quotas dos sócios, que são Manuel Pereira Estradinha, casado com Maria Amélia Barradas Pereira Estradinha, no regime da comunhão geral, uma quota de dezassete milhões de escudos; Maria Isabel Barradas Pereira Estradinha de Castro Gomes, casada com José Manuel Castro Gomes, no regime da comunhão de adquiridos, uma quota de um milhão de escudos.

Foram também alterados os artigos 1.º, n.ºs 1 e 2; 2.º; 3.º; 4.º, alíneas a), b), c) e d); 5.º; 6.º, n.ºs 1, 2 e 3; 7.º, n.ºs 1, 2 e 3; 8.º; 9.º; 10.º e 11.º

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Estradinha & Pinto, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Luísa Maria, 11 e 13, freguesia de Ermidas-Sado, concelho de Santiago do Cacém.

2 — A sede social poderá ser transferida para qualquer outro local, mediante simples deliberação da gerência.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na fabricação de obras de carpintaria, carroçarias, reboques semi-reboques e outros.

ARTIGO 3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro e nos diversos valores do activo é de dezoito milhões escudos, sendo representado por duas quotas assim distribuídas: uma de dezassete milhões de escudos pertencente ao sócio Manuel Pereira Estradinha; outra de um milhão de escudos pertencente à sócia Maria Isabel Barradas Pereira Estradinha de Castro Gomes.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, sempre que se verifiquem os seguintes pressupostos:

a) Haver acordo com o respectivo sócio;

b) O sócio titular ser declarado, falido, insolvente, interdito ou inabilitado por sentença judicial transitada em julgado ou, sendo pessoa colectiva, ter sido dissolvido.

c) A quota seja objecto de penhora, apreensão, arresto, arrolamento, arrematação ou adjudicação judicial e o sócio seu titular não obtenha o levantamento dessas providências cautelares ou a desoneração da quota até ao momento da deliberação;

d) Infracção às normas legais ou estatutárias que regem a cessão de quotas.

ARTIGO 5.º

Salvo acordo em contrário, o preço da amortização da quota adquirida nos casos previstos no artigo 4.º será o que, pelo último balanço aprovado, corresponder ao valor nominal, acrescido da parte proporcional das reservas.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência da sociedade fica a cargo de dois gerentes.

2 — São gerentes os sócios Manuel Pereira Estradinha e Maria Isabel Barradas Pereira Estradinha de Castro Gomes.

3 — A sociedade obriga-se com a assinatura de qualquer gerente.

ARTIGO 7.º

1 — A cessão de quotas, total ou parcial é livre, entre os sócios, seus descendentes e respectivos conjugues, dependendo do consentimento da sociedade a cessão a estranhos.

2 — No caso da cessão a estranhos a sociedade em primeiro lugar e os sócios em segundo, terão direito de preferência.

3 — Ter-se-á por autorizada a cessão quando o pedido de consentimento não obtiver resposta no prazo de 30 dias a contar da sua recepção.

ARTIGO 8.º

Na hipótese de falecimento de um dos sócios, a sociedade não se dissolve, continuando com os sócios sobreviventes e o herdeiro ou herdeiros do falecido, se estes pretenderem continuar na sociedade.

Se o herdeiro ou herdeiros não desejarem continuar na sociedade, esta amortizará a quota do sócio falecido.

ARTIGO 9.º

À gerência é expressamente vedado obrigar a sociedade em actos ou contratos alheios ao objecto social, nomeadamente fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

ARTIGO 10.º

Mediante deliberação unânime dos sócios, podem ser exigidas prestações suplementares até ao montante máximo igual ao capital social que tiver à data em que as prestações forem exigidas, excepto se os sócios deliberarem, também por unanimidade ultrapassar este valor nas condições a definir em assembleia geral, convocada para o efeito.

ARTIGO 11.º

É vedado aos sócios darem em penhor ou por qualquer forma onerarem as suas quotas, sem autorização da sociedade.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Maio de 1996. — A Conservadora, *Júlia Maria Louro Batista Fradinho Salavisa Beirão*. 1000252296

TRANSPORTES IDEAL DE SANTO ANDRÉ, L.^{DA}

Sede: Bairro Horizonte, 54, Vila Nova de Santo André

Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém. Matrícula n.º 00301/840215; identificação de pessoa colectiva n.º 501418121.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva todos os documentos respeitantes à prestação de contas do ano do exercício de 2004, da sociedade em epígrafe, cujo depósito foi requisitado em 31 de Março de 2005, com a entrada n.º 01.

Está conforme o original.

9 de Junho de 2005. — A Segunda-Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 2010344359

SEIXAL

J. M. VENTURA — REVESTIMENTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Seixal. Matrícula n.º 4190/970224; identificação de pessoa colectiva n.º 503821250.

Certifico, para fins do disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que a sociedade em epígrafe depositou na pasta respectiva os documentos relativos à prestação de contas do ano de exercício de 2004.

Está conforme o original.

15 de Maio de 2006. — A Escriturária Superior, *Paula Gil*.
2007797674

SETÚBAL

SETUVEGA — REPARAÇÃO AUTOMÓVEL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5404/991021; identificação de pessoa colectiva n.º 504643231; inscrição n.º 05; número e data das apresentações: 12 e 13/20010330.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Alteração total do contrato.

Termos da alteração.

Administração: composta por um, três ou cinco membros.

Fiscalização: confiada a um fiscal único ou em alternativa a cargo de um conselho.

Forma de obrigar:

a) Pela intervenção ou assinatura, isoladamente, do administrador único;

b) Em caso de administração plural, pela intervenção ou assinatura conjunta de dois administradores;

c) Pela intervenção ou assinatura conjunta de um administrador e de um procurador, dentro dos limites da procuração;

d) Pela intervenção ou assinatura conjunta de dois procuradores, dentro dos limites da procuração.

Membros do conselho de administração e fiscal único designados, em 16 de Março de 2001.

Administradores: presidente — Pedro Cabral Posser Villar, casado, Herdade do Monte Novo, Pinhal Novo; vogais — Frederico Mendes de Almeida Bobone, casado, Travessa de D. Vasco, 35, 3.º, direito, Lisboa; e João Paulo Baptista Ferreira, casado, Avenida de Tomás Ribeiro, 75, 2.º, C, Carnaxide.

Fiscal único: A. P. Malheiro Veloso & Associados, SROC, Rua de Melo e Sousa, 395, 4.º, A, Lisboa, representada por António Pedro Oliveira Malheiro Veloso, divorciado, Rua de Melo e Sousa, 395, 4.º, A, Lisboa; suplente — Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, SROC, Rua da Artilharia Um, 104, 4.º, esquerdo, representada por Amável Alberto Freixo Calhau, casado, Rua da Artilharia Um, 104, 4.º, esquerdo, Lisboa.

Prazo: completar o quadriénio de 1999/2002.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

21 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*.
3000214666

BRISA-MAR — PRODUTOS CONGELADOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5149/990309; identificação de pessoa colectiva n.º 501417486; inscrição n.º 05; número e data da apresentação: 118/20011228.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Redenominação com aumento de capital e alteração parcial do contrato.

Montante do reforço e como foi subscrito: 2410\$, em dinheiro, pela sócia Maria Aurora Botelho Martins Fernandes.

Artigo alterado: 3.º

Termos da alteração:

ARTIGO 3.º

O capital social é de cinco mil euros, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais de dois mil e quinhentos euros cada, pertencentes à sócia Maria Aurora Botelho Martins Fernandes.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

9 de Junho de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Célia Santana Paulo Rodrigues*.
3000214637

MARGEM DUM SONHO — ACTIVIDADES DE PESCA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5116/990210.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

14 de Junho de 2006. — O Primeiro-Ajudante, *Pedro Fernando da Silva Costa*.
3000214634

LISHUILA — COMÉRCIO INTERNACIONAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5345/990830; identificação de pessoa colectiva n.º 504500660; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 01/990830.

Certifico que:

1 — Carlos Henrique Vozzone Damião, divorciado, Avenida da Cidade de Luanda, lote 183, 4.º, A, Lisboa;

2 — Custódio Manuel Lagarticha Nicha, casado com Adelina Alice Jarretas Nicha, na comunhão de adquiridos, Praceta do Dr. José Romão Santos Ferro, 27, 3.º, C, Setúbal;

3 — João Carlos Oliveira Vozzone Damião, solteiro, maior, Rua da Cidade da Horta, 34, 1.º, esquerdo, Lisboa, constituíram a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação LISHUILA — Comércio Internacional, L.ª, pessoa colectiva número P 504500660, (provisório) que vai ter a sua sede na Estrada de Vale da Rosa, 137, na freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal.

2 — Por simples deliberação da gerência, poderá a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho, ou para concelho limítrofe, bem como abrir, transferir ou encerrar filiais, sucursais ou outras formas de representação.

ARTIGO 2.º

É seu objecto: comércio, importação e exportação de equipamentos e materiais de construção, equipamentos industriais, produtos alimentares, têxteis.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de um milhão e duzentos mil escudos, e corresponde à soma de três quotas, uma do valor nominal de quatrocentos e oitenta mil escudos pertencente ao sócio Carlos Henrique Vozzone Damião, outra no valor nominal de trezentos e sessenta mil escudos, pertencente ao sócio Custódio Manuel Lagarticha Nicha, e outra do valor nominal de trezentos e sessenta mil escudos, pertencente ao sócio João Carlos Oliveira Vozzone Damião

2. — Com a unanimidade dos votos correspondentes a todo o capital, poderão ser exigidas prestações suplementares, até ao montante de vinte milhões de escudos, e restituídas, quando for permitido.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade com ou sem remuneração, de acordo com o que for deliberado em assembleia geral, compete aos sócios Carlos Henrique Vozzone Damião e Custódio Manuel Lagarticha Nicha.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessário e suficiente a assinatura de qualquer um dos gerentes.

ARTIGO 5.º

A sociedade pode adquirir participações em sociedades com objecto diferente, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas, entre sócios, é livremente permitida, a cessão a estranhos, porém, fica dependente do consentimento da sociedade, a quem é reservado o direito de preferência, direito que se devolverá aos sócios não cedentes, se aquela, dele, não quiser usar.

ARTIGO 7.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade subsistirá bom os seus herdeiros ou representante legal, se aqueles pretenderem fazer parte dela, nomeando um, de entre que, a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.